

Anvisa retira agrotóxico utilizado como chumbinho do mercado

Categories : [Notícias](#)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) baniu do mercado brasileiro o agrotóxico aldicarbe, que tinha permissão de uso em plantações como feijão, mas utilizado irregularmente como chumbinho, um raticida doméstico conhecido por ser letal. Os dados dos envenenamentos relacionados a chumbinho no país mostram que, das 8 mil ocorrências anuais, 4.800 está relacionado ao uso do aldicarbe como principal substância tóxica.

“O chumbinho é um produto ilegal e perigoso para a saúde da população, sendo o uso e comércio deste agrotóxico como raticida doméstico enquadrado como uma atividade ilícita e criminosa”, afirma Agenor Álvares, diretor de Controle e Monitoramento Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O chumbinho é feito de agrotóxicos de uso exclusivo da lavoura que são desviados do campo para as cidades e comercializados ilegalmente como raticida. O principal defensivo é o aldicarbe, que corresponde a 50% dos chumbinhos analisados e possui a mais elevada toxicidade aguda entre todos os ingredientes ativos de agrotóxicos até então autorizados para uso no Brasil. A escolha da substância varia de região para região do país. [Outros agrotóxicos encontrados](#) em amostras analisadas de ‘chumbinho’ são o carbofurano (carbamato), terbufós (organofosforado), forato (organofosforado), monocrotofós (organofosforado) e metomil (carbamato).

O aldicarbe só era permitido para uso agrícola nas culturas de algodão, batata, café, cana-de-açúcar, citros e feijão.

Além do perigo para a saúde, segundo a Anvisa, o uso do chumbinho é ineficaz para combater roedores. Funciona assim: como ele mata de imediato o rato que o ingere, os demais observam e não consomem o alimento envenenado. Já os raticidas legalizados agem como anticoagulantes, provocando envenenamento lento. Dessa forma, a morte do animal não fica associada ao alimento ingerido, o que faz com que todos os ratos da colônia ingiram o veneno.

Segundo nota divulgada pela Anvisa, o Temik 150 era o único produto à base aldicarbe que possuía autorização de uso no Brasil. O órgão afirmou ainda que o cancelamento do registro dos produtos segue recomendação feita durante reunião da [Comissão de Reavaliação Toxicológica](#), em 2006, quando estabeleceu-se medidas que restringiram o seu uso. Por exemplo, a venda do produto em estados como Bahia, Minas Gerais e São Paulo foi limitada a agricultores certificados e propriedades cadastradas. Outra medida foi a inclusão de agente amargante e de emético

(substância que induz ao vômito) na formulação do produto.

Após o processo de reavaliação, a Bayer S/A apresentou ano passado um cronograma de descontinuidade de comercialização e distribuição do produto. A empresa se comprometeu a recolher qualquer sobra em posse de agricultores.

Em junho de 2012, a Anvisa cancelou o informe de avaliação toxicológica dos agrotóxicos a base de aldicarbe. Em outubro de 2012, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicou no [Diário Oficial](#) o cancelamento do registro do Temik 150, o que torna, oficialmente, proibido a produção e venda de qualquer agrotóxico à base de aldicarbe.

“Os motivos do banimento do aldicarbe do mercado nacional estão relacionados à alta incidência de intoxicações humanas e de envenenamento de animais, devido ao desvio de uso do referido agrotóxico”, explica Álvares.

Os sintomas típicos de intoxicação são registrados em menos de uma hora após a ingestão e incluem náuseas, vômito, sudorese, salivação excessiva, visão borrada, contração da pupila, dor abdominal, diarreia, tremores e taquicardia.

Em caso de intoxicação, a orientação da Anvisa é que a pessoa ligue para o Disque-Intoxicação: 0800-722-6001. O serviço é gratuito e está disponível para todo o país. **Com informações da Assessoria de Imprensa da Anvisa*

Leia Também

[Larva com distintivo](#)

[Promoção e defesa?](#)

[Louca por cobras e lagartos](#)

-